

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**ANEXO IX – EDITAL 047/2022**

A empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, com endereço **(RUA/AVENIDA/PRAÇA, Nº, BAIRRO, CIDADE e ESTADO)**, inscrita no CNPJ sob o nº **(Nº DO CNPJ)**, declara que **inexistem fatos impeditivos para participar no certame licitatório** referente ao EDITAL **047/2022**, em especial, no que se refere à:

- 1. Suspensão do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, durante o prazo da sanção aplicada (art. 87, III da Lei Federal nº8.666/1993);**
- 2. Ter sido declarada inidônea vigente à penalidade imposta pela Administração Pública (art., IV da Lei Federal nº8.666/1993);**
- 3. Ser o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica (art. 9º, I da Lei Federal nº8.666/1993);**
- 4. Ser empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado (art. 9º, II da Lei Federal nº8.666/1993);**
- 5. Ser servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (art. 9º, III da Lei Federal nº8.666/1993);**
- 6. Ser proibida de contratar com a Administração Pública (art. 72, § 8º, V, da Lei Federal nº9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais);**
- 7. Ter sido condenado por ato de improbidade administrativa que importa em proibição de contratar com o Poder Público (art. 12, III da Lei Federal nº8.249/1992);**

8. Impedida de licitar e contratar com o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, durante o prazo da sanção aplicada (**art. 7º da Lei Federal nº10.520/2002**);

9. Encontrar-se sob regime de concordata, recuperação judicial sem plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial.

Outrossim, declara ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, dos dispositivos legais mencionados, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Santo Antônio de Pádua/RJ,/...../2022.

Assinatura do representante legal da empresa